

O TOTALITARISMO COMO UM ESCÂNDALO POLÍTICO

José João Neves Barbosa Vicente¹

Resumo: O propósito deste texto é discutir o escândalo político, mas não no sentido comum e corriqueiro da palavra. Não se trata, por exemplo, de discutir o escândalo de um partido político, de um dirigente ou de um governo no sentido particular e exclusivo, trata-se de analisar um escândalo político singular e, certamente, o mais cruel de todos, um escândalo político inédito e sem precedentes na história da humanidade e que responde pelo nome de totalitarismo, e que envolve toda a tradição do pensamento político ocidental, como aparece nos escritos de Arendt, especificamente em sua obra *Origens do totalitarismo*. Para atingirmos o nosso propósito, o termo escândalo deve ser entendido a partir da sua etimologia.

Palavras-chave: Totalitarismo; Terror; Política; Ideologia; Escândalo.

Abstract: The purpose of this text is to discuss the political scandal, but not in the usual sense and commonplace. It is not, for example, to discuss the scandal of a political party, a leader or a Government in particular and exclusive sense, it is a political scandal and, certainly, the most cruel of all, an unprecedented political scandal and without precedent in the history of mankind and that answers to the name of totalitarianism, and that involves the entire tradition of Western political thought, as it appears in the writings of Arendt, specifically in his book *The origins of totalitarianism*. To achieve our purpose, the word scandal should be understood from its etymology.

Keywords: Totalitarianism. Terror. Politics. Ideology. Scandal.

Política e escândalo, de um modo geral, não são conceitos estranhos um do outro, pelo contrário, são familiares e constantemente andam juntos. Na verdade, em qualquer época da nossa história, sem muito esforço é possível encontrar vários exemplos de escândalos políticos, ou vários momentos em que esses dois conceitos se juntaram para provocar alegria para alguns e desespero para muitos. No entanto, devemos assinalar que cada “união” entre escândalo e política ao longo da história, possui seu peso, seu sentido e seu significado de acordo com o momento no qual aconteceu.

Podemos falar de escândalo político em um sentido comum e corriqueiro que não provoca necessariamente reflexões, mas sim irritação e indignação como, por exemplo, aquele que estamos acostumados a assistir seja no cenário nacional ou internacional e que envolvem, muitas vezes, um partido político, um funcionário público, um dirigente de uma nação ou um governo como um todo. Mas também podemos falar de escândalo político envolvendo toda uma tradição de pensamento político, como é o caso da reflexão proposta neste texto, tomando como exemplo, o fenômeno totalitário a partir das análises desenvolvidas por Arendt

¹ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Graduado e mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), doutorando em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professor de filosofia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) (E-mail: josebvicente@bol.com.br).

em sua obra *Origens do totalitarismo*. No primeiro caso, o escândalo político surge como algo que acontece frequentemente em vários lugares do mundo, um acontecimento noticiado pela mídia e comentado pela grande maioria de população sem qualquer aprofundamento capaz de atingir seu verdadeiro sentido. No segundo caso, o escândalo político provoca uma verdadeira reflexão capaz de criar teorias que marcam profundamente a tradição do pensamento ocidental, como podemos observar na obra de Arendt.

Não é de se estranhar, por exemplo, que para alguns, o tema discutido neste texto, a saber, o totalitarismo, soa um tanto desatualizado ou ultrapassado, uma vez que tal regime surgiu no século XX e praticamente ninguém acredita que ele existe no presente, ou que um dia ele possa surgir novamente; assim, nesse sentido, para essas pessoas seria mais produtivo falar dos escândalos políticos atuais. De todo modo, respeitando as opiniões contrárias, e sem querer negar ou fugir dos debates em torno dos escândalos políticos que acontecem no momento presente, queremos esclarecer que a nossa reflexão neste texto refere-se exclusivamente ao escândalo político provocado pelo fenômeno totalitário, um escândalo que destruiu toda a categoria de análise da nossa tradição do pensamento político ocidental, um escândalo que ao invés de provocar irritação, indignação e revolta, provocou reflexões profundas. Portanto, no contexto do pensamento político, nenhum escândalo foi maior do que o aparecimento do totalitarismo no “mundo civilizado”, um acontecimento que aterrorizou os homens através da sua materialização na forma dos regimes nazista e comunista que, em termos arendtianos, representam duas faces de um mesmo horror que se convergiram na mesma negação da vida humana.

Apesar do termo totalitarismo ter sido utilizado antes de Arendt por autores como Ortega y Gasset, Hermann Rauschning, Emil Lederer, Franz Borkenau e Franz Neuman, é preciso ressaltar que em nenhum deles esse escândalo político foi analisado com tanta profundidade como em Arendt, principalmente em sua obra *Origens do totalitarismo*. Para ela, esse escândalo é um fenômeno terrivelmente “novo e sem precedentes” na história da humanidade. Ninguém na história do pensamento conseguiu como ela designar de maneira tão rigorosa o laço entre o pensar e o escândalo. Na verdade, quando o assunto é o totalitarismo, Arendt é incontornável, por isso suas análises merecem atenção especial, pois para ela, diferente dos outros autores, se a história humana é uma estrada jurada de cadáveres e aspiração ao controle total, onde podemos facilmente detectar a tentativa de alguns em impor as suas ideias para dominar integralmente as vontades alheias, é preciso dizer que o fenômeno totalitário seguiu um caminho mais radical e não apresenta os mesmos aspectos, pois apesar de muitos pretenderem alcançar o controle total, nenhum deles se tronar tão integralmente

totalitário e cruel em seu domínio e ação quanto Hitler com o seu “raciocínio frio como gelo”, e Stalin com a “impiedade da sua dialética”.

Assim como os outros pensadores antes dela, Arendt também narra histórias em sua obra. Ela conta, por exemplo, como o povo judeu veio a ser considerado como supérfluo; narra, também, como milhões de pessoas foram transformadas em um subproduto da revolução industrial, em especial das políticas do imperialismo. No entanto, apesar de narrar histórias, *Origens do totalitarismo* é amplamente diferente das outras obras que surgiram antes dela. Sua proposta não é contribuir com a história de um povo e de uma cultura no sentido de preservá-los, ou simplesmente dizer como aconteceu, não se limita também apenas em descrever os traços característicos dos regimes totalitários como fizeram, por exemplo, Friedrich e Brzezinski em *Totalitarismo e autocracia* (1956), mas ataca para analisar e discutir com rigor e profundidade o que na história política da humanidade escandalizou o mundo dos homens. Portanto, mais do que uma história dos fatos ou de uma “síndrome totalitária”, a obra de Arendt pensa o sentido e o alcance do grande escândalo político denominado por ela de totalitarismo, ou em outros termos, fenômeno totalitário.

Se tomarmos a palavra escândalo em sua etimologia grega (*skándalon*), podemos perceber que ela significa “pedra que faz tropeçar”. Esse significado em termos morais traz o sentido de destruição de um valor ou de um princípio, mas significa também, a publicidade ou a propagação dessa destruição como se ela fosse algo com o qual a maioria concordasse. É nesse sentido que o fenômeno totalitário deve ser considerado como o grande escândalo da humanidade. Como entendido por Arendt em sua obra *Origens do totalitarismo* (1989), esse regime político não representa apenas uma falta de polidez ou simplesmente a destruição de um valor social ou das categorias de análises da nossa tradição de pensamento, mas a destruição de um sentido, o sentido da política como espaço da manifestação da pluralidade humana, da “convivência entre diferentes” (ARENDR, 2002, p.21), e apesar de agir contra a vida e contra a liberdade, os regimes totalitários eram divulgados e propagados como se fosse algo com o qual todos concordassem e apoiassem incondicionalmente, pois vendiam a ideia de construção de uma sociedade perfeita.

Em termos arendtianos, o fenômeno totalitário foi o único acontecimento político que destruiu todo e qualquer sentido político, seja na forma de conceitos e categorias pensados pela nossa tradição de pensamento, seja na forma de ação. Com os regimes totalitários, o verdadeiro sentido do agir político foi retirado de cada homem, o indivíduo perdeu a sua “condição da ação” e ficou impossibilitado de não ser “exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (ARENDR, 2009, p.16). Todos foram reduzidos

a um só homem de dimensões gigantescas, através do uso implacável da ideologia e do terror, a singularidade e a espontaneidade do indivíduo deixaram de existir e toda a ação passou a ser previsível e controlada de acordo com os interesses do regime e submetida unicamente às leis da “Natureza” ou da “História”; é por isso que chamar o totalitarismo de tirania ou despotismo é, certamente, cair no equívoco, nesse tipo de regime o indivíduo podia ainda escolher a oposição mesmo sabendo que iria morrer, uma “liberdade”, porém, totalmente negada aos indivíduos governados pelo regime totalitário (VICENTE, 2011, p.55).

Em outras palavras, significa dizer que os homens sob o regime totalitário encontravam-se totalmente isolados e submetidos a uma situação na qual por definição, em termos de pensamento político de Arendt, eles não podiam agir, não podiam se revelar, pois sozinhos, sem ninguém para agir com eles, não há ação. Para que seja esclarecido o que significa para Arendt isolar os homens nos regimes totalitários, é necessário destacar a diferença que ela sublinha entre “estar isolado” e “estar solitário”. Estar isolado, significa estar “numa situação em que não posso agir porque não há ninguém para agir comigo”. Enquanto que, estar solitário, por sua vez, significa estar “numa situação em que, como pessoa, me sinto completamente abandonada por toda companhia humana [...] O isolamento se refere apenas ao terreno político da vida, a solidão se refere à vida humana como um todo” (ARENDR, 1989, p. 527).

Posso, portanto, estar *isolado*, ou seja, numa situação em que não posso agir porque não há absolutamente ninguém para agir comigo, sem que esteja *solitário*; e posso também, estar solitário, ou seja, numa situação em que, como pessoa, me sinto completamente abandonada por toda companhia humana, sem, no entanto, estar isolado. Melhor dizendo, de acordo com Arendt, enquanto o isolamento se refere apenas ao terreno político da vida, a solidão, por sua vez, se refere à vida humana como um todo. O homem isolado que perdeu o seu lugar no terreno político da ação é também abandonado pelo mundo das coisas, quando já não é reconhecido como *homo faber*, mas tratado como *animal laborans*, cujo necessário “metabolismo com a natureza” não é do interesse de ninguém. É aí que o isolamento, como entendido por Arendt, se torna então solidão.

O totalitarismo, diz Arendt (2001, p.38), levou até as últimas consequências a ideia da política baseada na relação “comando e obediência” e reduziu de forma radical o espaço público/político ao Estado, eliminando assim os espaços de convivências entre diferentes e de manifestação da pluralidade dos homens. O fenômeno totalitário, portanto, destruiu o sentido fundamental da política que se traduz na criação de um espaço para diálogos entre diferentes. Um espaço onde cada indivíduo é capaz de participar junto dos seus pares, desfrutar da

alegria de sair da sua esfera privada e entrar em sua esfera pública e realizar com os outros o que seguramente não poderia fazer sozinho. Assim, destruiu toda e qualquer possibilidade do indivíduo de ser ele mesmo, transformando-o unicamente no produto da vontade de um líder.

O regime totalitário tornou-se para Arendt (1989, p.513), um mal incomparável se levarmos em consideração os outros regimes políticos do passado. Em todos eles, lembra a autora, era possível constatar pelo menos, dois lados, aquele em que “o poder arbitrário, sem freio das leis” era “exercido no interesse do governante e contra os interesses dos governados” e o outro em que “o medo” era o “princípio de ação”, seja ele do povo para com os governantes ou destes para com o povo. No totalitarismo, no entanto, tais características são imperceptíveis, pois ele destruiu toda e qualquer “alternativa sobre a qual se baseiam, na filosofia política, todas as definições da essência dos governos, isto é, a alternativa entre o governo legal e o ilegal, entre o poder arbitrário e o poder legítimo”.

O totalitarismo, por exemplo, não se encaixa em nenhuma das categorias utilizadas por Aristóteles ou Montesquieu para conceituar as formas de governos ao longo da história. Ainda em comparação com as tiranias do passado, é preciso sublinhar que nessas tiranias a pessoa tinha a liberdade de, pelo menos, escolher a oposição, uma liberdade limitada sim, pois sabia que corria o risco de ser torturada ou morta; porém, uma liberdade recusada à vítima do sistema totalitário. Pois, o totalitarismo só se contenta, quando eliminar não apenas a liberdade em todo sentido específico, mas a própria fonte da liberdade que, para Arendt, está no nascimento do homem e na sua capacidade de começar de novo. Por isso, como disse Friedrich e Brzezinski (1965, p.16-20), chamar os regimes totalitários de tiranias ou despotismos, ou então identificá-los com os despotismos ocidentais do passado mais remoto, como por exemplo, as monarquias absolutas da Europa da era moderna, com as tiranias das antigas cidades gregas, com o Império Romano, com a tirania das cidades-estados da Renascença italiana ou com as ditaduras militares bonapartistas é, no fundo, elogiá-los.

Considerando a criatividade, a capacidade humana de produzir “algo novo que ninguém jamais previu” como seu maior inimigo, o totalitarismo procura a todo custo produzir um mundo de reflexos puramente condicionados através da transformação da “natureza humana” que, para Arendt, é entendida não como algo imutável, mas como “condição” que pode sempre ver-se alienada, se não for reconhecida e garantida pela instituição jurídica e política da sociedade. Os esforços no sentido de transformar os homens em seres de reflexos condicionados ganharam significados sem precedentes nos regimes totalitários que, em especial, administraram a prova da superfluidez dos homens em seus campos de concentração, um lugar onde era possível produzir “cidadãos perfeitos” prontos

para obedecerem unicamente ao Estado encarnado na pessoa do chefe. Isto é, “horríveis marionetes com rostos de homem”, diz Arendt (1989, p.506), “todos com o mesmo comportamento do cão de Pavlov, todos reagindo com perfeita previsibilidade mesmo quando marcham para a morte”.

Para exercer o seu domínio total sobre os homens, o totalitarismo procura libertar-se de tudo aquilo que possa oferecer-lhe resistência, colocando-se, por exemplo, acima de toda e qualquer objetividade e estabilidade da chamada “lei positiva”. Os regimes totalitários obedecem apenas as “leis da Natureza ou da História” que lhes permitem eliminar tudo aquilo que é prejudicial ou incapaz de viver; o totalitarismo, portanto, substitui o Estado de direito pela lei de movimento perpétuo, pela lei “verdadeira”, pela lei “absoluta”, pela lei que “incontestavelmente” lhe dá o “direito de matar” em nome de um domínio total, e cada uma das suas iniciativas pretende inscrever-se única e exclusivamente nessas leis preexistentes: as leis biológicas da natureza, ou as leis sociais da História. Portanto, mesmo pelo absurdo, o regime totalitário manifesta uma das dimensões fundamentais do direito: a resposta à necessidade humana fundamental de estabilidade. O totalitarismo se coloca, também, acima daquilo que comumente é denominado de realidade, através do uso da ideologia que, em essência, representa a vontade do líder, desprezando todos os fatos e opiniões.

É através da ideologia, essa “lógica de uma ideia”, que o totalitarismo explica todas as coisas de maneira total e absoluta, como por exemplo, “os segredos do passado, as complexidades do presente, as incertezas do futuro” (ARENDR, 1989, p.521). Sem admitir qualquer erro em suas explicações, o totalitarismo pretende fazer com que ninguém jamais comece a pensar, em outros termos, transforma o pensamento dos indivíduos em algo impotente, irrelevante e sem qualquer influência para o sucesso ou o fracasso do poder. A ideologia totalitária tem a função de arruinar todas as relações com a realidade e construir um mundo fictício e logicamente coerente de acordo com a vontade de seus líderes. Ao exigir a unanimidade e não tolerar nenhum tipo de debate de opiniões, o totalitarismo se coloca, também, acima da pluralidade humana.

O totalitarismo provou, portanto, de acordo com a perspectiva arendtiana, que qualquer ato era possível para ele, ao cometer crimes imperdoáveis e impuníveis. Descobriu “que existem crimes que os homens não podem nem punir nem perdoar” (ARENDR, 1989, p.510). O que o totalitarismo fez com os indivíduos é algo totalmente desconhecido por todo o nosso aparato jurídico, encontra-se, portanto, acima de qualquer tipo de legalidade humana; o direito está absolutamente incapaz de aplicar uma pena que seja proporcional ao mal cometido sem se tornar ele próprio inumano, ou seja, sem se autodestruir.

Todo o escândalo totalitário é levado a cabo, fundamentalmente, através do uso contínuo e implacável do terror e da ideologia. Por isso, em essência, o totalitarismo é definido por Arendt (1989, p.526) como “uma forma de governo cuja essência é o terror e cujo princípio de ação é a lógica do pensamento ideológico”. Uma mistura que nenhuma outra forma de governo anterior ousou fazer. O apogeu do escândalo acontece nos campos de concentração, são nesses “laboratórios” que o totalitarismo destrói minuciosamente o sentido da política através da destruição total da pluralidade dos homens. Assassina-se a dignidade humana e apaga-se a distinção entre vítimas e carrascos; mata-se em cada pessoa a estima que tem por si mesma, destrói-se a sua identidade e o seu caráter único, com o intuito de acabar com a sua capacidade para pensar, agir e começar qualquer coisa por ela mesma.

Todo o processo de escândalo se dá em três tempos ou etapas: mata-se a pessoa jurídica, mata-se a pessoa moral e mata-se a individualidade. A morte da pessoa jurídica está associada à produção de apátridas. Isto é, o totalitarismo priva o homem de seus direitos e lhe transforma em “fora-da-lei” mesmo estando em seu próprio país. Assim, ao torturá-lo nos campos de concentração ou mesmo matá-lo, esse regime lida com “pessoa” cuja existência não é reconhecida por nenhuma lei: do ponto de vista jurídico, o castigo ou o homicídio pura e simplesmente não acontece. A morte da pessoa moral significa tornar a morte anônima ou sem qualquer significado quer para os parentes, quer para conhecidos e amigos, através da interdição de toda e qualquer solidariedade, todo e qualquer protesto e da eliminação da linha de demarcação entre vítimas e carrascos. A morte da individualidade ou a morte psíquica significa a destruição da espontaneidade e a transformação dos indivíduos em “feixes de reações” incapazes de iniciar algo com seus próprios recursos, é a etapa mais árdua, porém, mais importante para o totalitarismo, pois significa o triunfo do sistema.

Para Arendt, portanto, o totalitarismo não é apenas uma forma de governo, mas um fenômeno inédito e sem precedentes que marcou a história da humanidade e, em especial o século XX. Pela primeira vez na história, um regime surge com a proposta de que “tudo é possível”. A sua incompreensível monstruosidade sem precedentes na história, desafiou completamente o senso comum. Ele se transformou em o grande escândalo da nossa história, pois destruiu um sentido caro a todos nós, o sentido da política, ao destruir todo e qualquer espaço para debate e manifestação da pluralidade humana. Para Arendt, no entanto, mesmo assim é preciso um esforço intelectual no sentido de compreendê-lo, não de perdô-lo, para que seja possível uma reconciliação com a realidade.

Ele é o grande escândalo da nossa história, também porque desafiou todas as categorias políticas da tradição de nosso pensamento, achincalhou toda a nossa legalidade ao

extrair suas leis da história ou da natureza. Substitui todos os nossos aparatos jurídicos que têm como meta garantir a estabilidade da liberdade de agir, por uma organização de um mundo baseado unicamente nas leis da história ou da natureza que se realizam independentemente de toda a ação e vontade humana. Para isso, o terror e a ideologia são fundamentais; através do terror se dá a aceleração da atuação das forças da história e da natureza, através da ideologia os homens são preparados para sacrificarem-se pelo grande processo. O terror e a ideologia, portanto, contribuem para o isolamento radical dos homens, garantindo assim que eles não ajam jamais por si próprios. Mas, todo o escândalo que o totalitarismo representa, só foi possível graças aos campos de concentração, uma instituição capital para os regimes totalitários. São nesses campos que a espontaneidade dos homens é destruída e os indivíduos transformados em espécimes da espécie humana, cujas reações são totalmente previsíveis e controláveis. A partir daí o domínio totalitário se transforma em realidade.

O escândalo político provocado pelo aparecimento do fenômeno totalitário, não pode ser entendido como um simples acontecimento de um país ou de um povo, pois nesse sentido, ele se transforma em algo ultrapassado e sem qualquer valor para a atualidade política. O escândalo totalitário como entendido por Arendt, deve ser sempre encarado como algo que afetou e desnorteou toda a base política do pensamento ocidental, provocando uma verdadeira falência dos seus conceitos e categorias. Apenas desse modo ele permanecerá sempre vivo e atual para a humanidade, não para ser motivo de exemplo ou imitação, mas para que toda a política seja pensada e praticada em um sentido radicalmente oposto ao escândalo totalitário.

Referências

ARENDT, Hannah. *O que é política?* Fragmentos das obras póstumas compilados por Ursula Ludz. Trad. Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Sobre a violência*. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FRIEDRICK, Carl & BZEZINSKI, Zbigniew. *Totalitarismo e autocracia*. Trad. Donaldson Garschagen. Rio de Janeiro: GRD, 1965.

VICENTE, José João Neves Barbosa. A singularidade do totalitarismo em Hannah Arendt. *Revista Espaço Acadêmico*, n° 122, ano XI, p.53-59, julho, 2011.